



SUFFOLK
UNIVERSITY
BOSTON

LAW
SCHOOL

Justiça Habitacional para Líderes Comunitários

Suffolk University Law School
Programa de Testes de Discriminação Habitacional

Justiça Habitacional é seu direito – Use-o!

*O trabalho no qual esta publicação se fundamenta foi financiado com uma verba do U.S. Department of Housing and Urban Development. A substância e constatações deste trabalho são dedicados ao público. O(s) autor(es) e editor só são responsáveis pela precisão das declarações e interpretações contidas nesta publicação. Tais interpretações não refletem necessariamente a visão do Governo Federal.

Índice

Introdução	3
I. O que é uma Classe Protegida?	5
II. Ações ilegais (ou ações proibidas)	16
III. Hipóteses	19
IV. Discriminação observada / Apresentação de uma reclamação	26
V. Formulário de Solicitação de intérprete.....	31
(Interpreter Request Form)	31

Introdução

Desenhe uma casa.



Se pudesse morar em qualquer lugar em Massachusetts, onde moraria? Por que?

O que é importante para você quando procura um lugar para morar?

- A Prefeitura de Boston relatou o seguinte em um relatório de 2010¹:
 - 1.397 queixas foram apresentadas entre 2005 e 2010
 - Algumas das violações de lei comunicadas com mais frequência foram a recusa de alugar, despejo, ou ameaça de despejo
 - A maioria das queixas que alegavam discriminação se baseavam em:
 - Deficiência (29,4%)
 - Raça (20,7%)
 - Origem nacional (8%)
 - Filhos, Situação familiar e questões relacionadas a tinta com chumbo (17,7%)

Toda pessoa qualificada tem o direito de comprar, alugar ou obter uma hipoteca sem ser discriminada.

A discriminação habitacional por pertencer a uma Classe Protegida é ilegal. Para compreender plenamente o que é discriminação habitacional é preciso entender quais ações (dos provedores de habitação) são ilegais e qual é a definição de “classe protegida”.

¹ Victoria L. Williams, Boston Fair Housing Commission, City of Boston Analysis of Impediment to Fair Housing Choice, 74 (2010).

I. O que é uma Classe Protegida?

Uma Classe Protegida é uma característica que não pode ser usada para discriminar. O provedor habitacional não pode tratar uma pessoa que pertence a uma Classe Protegida diferentemente só porque faz parte de uma classe protegida. Por exemplo, um provedor habitacional não pode tratar uma pessoa diferentemente devido a sua raça ou país de origem. Segundo os termos do Fair Housing Act (FHA) e da lei Antidiscriminação de Massachusetts (151B), as classes protegidas são:

- Raça
- Cor
- Religião
- Sexo
- Deficiência (o termo “handicap” é usado em 151B e FHA)
- Situação familiar (o termo “filhos” é usado em 151B)
- Origem nacional
- Estado civil
- Identificação sexual

- Orientação Sexual
- Ascendência
- Idade (40 anos ou mais)
- Situação militar
- Assistência pública
- Informação genética

As primeiras sete classes são protegidas em nível federal, segundo os termos da FHA. A lista inteira é protegida no Estado de Massachusetts segundo os termos da 151B. É importante saber isso, pois identifica onde a pessoa pode apresentar queixa (discutiremos esse assunto mais detalhadamente adiante). A ação proibida somente é ilegal se ocorreu *por* pertencer a uma dessas classes. Além disso, a classe protegida da pessoa que está em busca de habitação, é protegida por lei, e *não* a do provedor habitacional,.

Por exemplo: um homem se recusa a alugar seu apartamento a estudantes. A recusa de alugar está na lista de conduta proibida, ou seja, é ilegal; entretanto, so é ilegal se o homem se recusar a alugar o apartamento porque o candidato pertence a uma Classe Protegida. Veja a lista de classes protegidas acima. Estudantes estão listados? Nem o governo federal ou de Massachusetts incluíram estudantes em uma Classe Protegida, portanto, o homem pode se recusar a alugar seu apartamento aos estudantes.

O mesmo homem se recusa a alugar seu apartamento para estudantes do sexo feminino, embora admita alugar para estudantes do sexo masculino. Sim, ele pode se recusar a alugar para estudantes, porém, não pode tratar as pessoas de forma diferente com base em sexo (ou por pertencer a qualquer uma das classes protegidas). Neste cenário, sua ação é ilegal porque está se recusando a alugar para certos estudantes por causa do seu sexo, que é uma Classe Protegida. Uma estudante do sexo feminino seria protegida por lei e poderia apresentar uma queixa de discriminação habitacional se o provedor habitacional se recusar a alugar para ele não porque é estudante, mas sim porque é uma estudante do sexo feminino.

A queixa é o documento que a pessoa apresenta ao órgão governamental que explica porque a pessoa acha que foi discriminada. A seguir, apresentamos uma lista de alguns dos lugares nos quais é possível apresentar uma queixa de discriminação habitacional: Department of Housing and Urban Development (HUD); Massachusetts Commission Against Discrimination (MCAD); Office of Massachusetts Attorney General (Mass. A.G.); Boston Fair Housing Commission (para queixas dentro

da cidade de Boston); Cambridge Human Rights Commission (para queixas dentro da Cidade de Cambridge); e no tribunal estadual. Há mais informações sobre queixas na Seção IV.

Explicação das classes protegidas:

- **Idade**

Esta é uma classe protegida por lei estadual. Idade é definida por 40 ou mais anos de idade. Habitação para idosos é permitida por lei, sob certas circunstâncias.

- **Ascendência**

Ascendência é protegida por lei estadual. Isto se refere à descendência ou linhagem da pessoa.

- **Cor**

Cor é uma classe protegida por lei federal e estadual. Cor se refere ao tom da pele (se a pele é escura ou clara). É importante lembrar que as pessoas podem e, de fato são, sujeitas a discriminação por pessoas da mesma raça. Às vezes esta discriminação pode ser baseada em cor. Lembre-se, as leis de justiça habitacional sempre protegem a classe protegida da pessoa que está buscando habitação, e *não* do provedor habitacional.

- **Deficiência** (o termo “handicap” é usado em 151B e FHA)

Deficiência é protegida por lei federal e estadual.

Deficiência significa:

(1) uma incapacidade física ou mental que limita substancialmente uma ou mais das atividades vitais importantes da pessoa,

(2) um registro de tal incapacidade, ou

(3) ser considerado portador de tal incapacidade.

Uma pessoa não é considerada deficiente segundo as leis de justiça habitacional se estiver atualmente usando drogas ilegais (segundo definido na seção 102 do Controlled Substances Act (21 U.S.C. 802)).

○ *O que é uma “atividade vital importante”?*

Atividade vital importante significa toda atividade de suma importância no cotidiano. Por exemplo, enxergar, andar, respirar, cuidar de si próprio e falar. Uma pessoa pode não se qualificar para SSDI, mas se enquadra na definição de deficiente segundo as leis habitacionais.

Deficiência é uma Classe Protegida, portanto as pessoas não podem ser tratadas diferentemente de outros inquilinos ou pessoas em busca de habitação por causa da sua deficiência; porque presume-se que a pessoa é portadora de deficiência, sem ser; e/ou se forem associadas com alguma pessoa portadora de deficiência.

Um provedor habitacional não pode perguntar a um candidato a alugar um apartamento se é portador de deficiência ou se a pessoa que pretende morar lá ou pessoa associada com um candidato a alugar ou residente é portador de deficiência. Um provedor habitacional não pode perguntar sobre a natureza ou gravidade das deficiências de uma pessoa.

Provedores habitacionais podem, entretanto, fazer perguntas relacionadas aos seguintes assuntos, **contanto que tais perguntas sejam feitas a todos os candidatos**, inclusive pessoas com e sem deficiências:

- Perguntas sobre a capacidade do candidato de cumprir com as exigências de inquilinato;
- Perguntas para determinar se um candidato atualmente abusa ou é viciado em substâncias controladas;
- Perguntas para determinar se um candidato se qualifica para uma habitação que está legalmente disponível exclusivamente

para portadores de deficiências ou para pessoas com um determinado tipo de deficiência; e

- Perguntas para determinar se um candidato se qualifica para habitação que está legalmente disponível com prioridade para portadores de deficiências ou portadores de uma certa deficiência.

Exemplo: Um provedor habitacional administra uma residência legalmente limitada para portadores de doença mental crônica. O provedor pode perguntar aos candidatos informações necessárias para determinar se têm uma deficiência mental que os qualificaria para a habitação. Entretanto, nesta circunstância, o provedor não pode perguntar aos candidatos se têm outros tipos de incapacidades físicas ou mentais. Se não for aparente (sem ter que perguntar) que um candidato é portador de uma deficiência mental crônica, o provedor pode solicitar informações/documentação confiável sobre a deficiência mental, necessárias para se qualificar para a habitação.

- **Ajuste Razoável**

Ajuste razoável é uma frase usada para descrever a solicitação de mudança de política ou procedimento, feita por uma pessoa, para que esta possa usar e desfrutar do imóvel. A solicitação deve ser relacionada à deficiência da pessoa. Por exemplo, se a pessoa tem um animal que proporciona apoio emocional, necessário devido à deficiência, ele ou ela pode solicitar a dispensa da proibição de animais domésticos no prédio, para que a pessoa possa continuar a morar lá e contar com o animal de apoio emocional.

Um provedor habitacional pode não perguntar, normalmente, sobre a natureza e gravidade da deficiência de um indivíduo. Entretanto, para atender um pedido de ajuste razoável, um provedor habitacional pode solicitar informações confiáveis sobre a deficiência:

- necessárias para verificar se a pessoa se enquadra na definição legal da deficiência (ou seja, se é portadora de uma incapacidade física ou mental que limita

substancialmente uma ou mais atividades vitais importantes),

- descrição do ajuste solicitado, e
- demonstração do relacionamento entre a deficiência da pessoa e a necessidade de ajuste solicitado.

Dependendo das circunstâncias de um indivíduo, as informações usadas para verificar se uma pessoa se enquadra na definição de deficiência da Lei geralmente pode ser proporcionada pela própria pessoa (p.ex, comprovação de que um indivíduo com menos de 65 anos de idade recebe Renda Suplementar Assistencial ou benefícios do Social Security para Deficientes, ou uma declaração confiável do indivíduo). Um médico ou outro profissional médico-hospitalar, um grupo de apoio, um órgão de assistência não-médica, ou terceiro confiável, que está na posição de reconhecer a deficiência do indivíduo também pode ser uma verificação da deficiência. Na maioria dos casos, os registros médicos de um indivíduo, ou informações detalhadas sobre a natureza da deficiência de uma pessoa não são necessários.

- **Modificação razoável**

Uma modificação é uma mudança na propriedade física (ou seja, colocar uma barra de apoio em um banheiro ou diminuir os armários na cozinha). O provedor da residência pode passar pelo mesmo processo para uma modificação como foi explicado anteriormente sobre residências.

Uma pessoa com deficiência não precisa usar a frase "acomodação razoável" ou "modificação razoável" ao fazer uma solicitação, ele ou ela devem apenas certificarem-se de que o provedor da residência entende que o pedido está relacionado com a incapacidade da pessoa. Se isso não estiver claro, podem ser necessárias informações adicionais da pessoa que faz a solicitação. Uma pessoa não precisa fazer o pedido por escrito (embora isso muitas vezes seja muito útil).

Uma pessoa não precisa preencher formulários do provedor da habitação, a fim de fazer um pedido.

Só porque uma pessoa tem uma deficiência isso não significa que elas são autorizadas a ter uma acomodação modificação razoável. Os pedidos podem ser negados se a pessoa não tiver uma deficiência (conforme definido pela FHA) ou, se não houver uma necessidade relacionada entre a deficiência e o pedido. Os pedidos também podem ser negados se não forem razoáveis ou se venham a ser impostos encargos financeiros e administrativos indevidos ou se iria alterar fundamentalmente a natureza do programa. Se um pedido for negado, o provedor da acomodação deve discutir se há uma acomodação (ou modificação) alternativa que efetivamente atenderá a necessidade do solicitante. Este deve ser um processo interativo.

- **Status familiar**

O status familiar é protegido sob as leis federal e estadual (151B usa o termo "crianças"). Isso significa uma ou mais pessoas que vivem em uma casa e que ainda não atingiram a idade de 18 anos. A proteção também se aplica a uma pessoa que está grávida ou em vias de ganhar a custódia legal de uma criança com idade inferior a 18 anos.

Muitas pessoas com crianças pequenas foram informadas que elas têm de se mudar ou não podem alugar um apartamento por causa da tinta de chumbo. Isso é ilegal. Os senhorios têm uma obrigação sob a lei (de Mass...direito do chumbo) para tornar a moradia segura e livre de chumbo se uma criança com idade inferior a seis anos vive ou viverá lá. Um senhorio não pode despejar ou se recusar a alugar para uma pessoa porque ele ou ela tem uma criança. Essa pessoa teria motivos para registrar uma justa reclamação pela habitação.

- **Identidade de gênero**

A identidade de gênero está protegida por lei estadual. O termo refere-se a uma pessoa relacionada com identidade de gênero, aparência ou comportamento que sim ou não, sua aparência ou seu comportamento seja diferente do que é tradicionalmente associado com a fisiologia ou atribuído ao sexo no nascimento.

- **Informação genética**

Esta estará raramente, ou nunca, presente como um problema relacionado à moradia. Esta é uma categoria protegida pela lei estadual Massachusetts General Law 151B, que torna como discriminação uma companhia de seguros ou o empregador utilizar a informação genética de qualquer forma. É ilegal em Massachusetts tratar alguém de forma diferente por causa dos resultados de testes genéticos ou a história familiar relacionada com a presença ou ausência de um gene.

A "Informação genética" é qualquer resultado escrito, gravado individualmente e identificável por um teste genético ou a explicação de tal resultado histórico da família relativamente à presença, à ausência, à variação, alteração ou modificação de um gene ou genes humanos. O objetivo da lei é proteger o direito de uma pessoa para manter os resultados dos testes genéticos de uma forma privada e garantir que os resultados destes testes não serão usados para causar a desvantagem de uma pessoa.

- **Estado civil**

O estado civil é protegido por lei estadual. Isso significa tratar alguém de forma diferente com base em seu status de relacionamento (ou seja, se as pessoas são casadas, solteiras, se vivem juntas, mas não são casadas, viúvos (as), etc.).

- **Status militar**

O status militar é protegido por lei estadual. Isso inclui os veteranos e aqueles que estão servindo atualmente.

- **Origem nacional**

A origem nacional é protegida por leis federal e estadual. Isso significa qual o país de onde uma pessoa é ou de onde são seus antepassados. Isso também poderia ser incluído, se uma pessoa é tratada de forma diferente, porque ele ou ela tem um sotaque, fala

uma língua diferente do Inglês, ou se acreditar que partiu de um determinado lugar ou tenha uma origem étnica particular.

Assistência pública

A aceitação de assistência pública é protegida por lei estadual. Isso inclui os comprovantes de habitação como um voucher da Seção 8 ou MRVP. Também inclui o SSI e o SSDI e outras formas de assistência pública. Alguns programas habitacionais federais também proíbem a discriminação com base em uma pessoa que recebe assistência pública.

- **Raça**

A raça é uma categoria protegida por lei federal e estadual. A raça é uma interpretação social. O HUD coleta dados relacionados à raça e classifica em cinco categorias: Índio americano ou nativo do Alasca, Ásia, Preto ou Afro-americano, nativo do Havaí ou de outras ilhas do Pacífico, e branco.

- **Religião**

A religião é uma categoria protegida por lei federal e estadual. Isto inclui, mas não está limitado à: o Ateísmo, o Baha'i, o Budismo, o Catolicismo, o Hinduísmo, o Islamismo, as Testemunhas de Jeová, o Judaísmo, os Mórmons, o Paganismo, o Xintoísmo, o Taoísmo e o Unitarianismo. As pessoas que não praticam religião alguma também são protegidas.

É importante lembrar que, embora a religião seja uma categoria protegida, a FHA não exige que os provedores de habitação acomodem crenças ou práticas religiosas razoáveis. A FHA proíbe apenas:

- Aplicar diferentes termos e condições de habitação por causa da religião de uma pessoa
- Recusar-se a atender um pedido de habitação, uma moradia ou expulsar pessoas por causa de sua religião
- Dirigir ou restringir as pessoas a uma área de um edifício ou de um complexo com base na sua religião
- Anúncios de habitação afirmando que as pessoas são preferidas ou não baseados na religião.

- **Sexo**

O sexo é uma categoria protegida por lei federal e estadual. Isso inclui que ser tratado de forma diferente de acordo com o sexo feminino ou masculino e inclui também o assédio sexual.

O assédio sexual se constitui de ações verbais, visuais ou físicas indesejáveis de natureza sexual que são graves ou generalizadas e afetam as condições de habitação de uma pessoa ou cria um ambiente hostil à vida.

- **Orientação sexual**

A orientação sexual é protegida por lei estadual. Alguns programas habitacionais federais também proíbem a discriminação com base na orientação sexual. Isso inclui saber se uma pessoa é ou não bissexual, heterossexua ou homossexual. Também inclui se ou não alguém assumiu ser bissexual, heterossexual ou homossexual.

II. Ações ilegais (ou ações proibidas)

O que é ilegal é definido por lei. Existem leis federais, estaduais e locais (municipais) que cobrem a questão da habitação. O governo federal define o nível mínimo de proteção (no mínimo) e os estados (e cidades) podem então adicionar mais proteções, se decidirem (no máximo). Aqueles que proporcionam habitação devem seguir todas as leis justas de habitação em sua área.

O Fair Housing Act (FHA) é a lei federal que afirma qual atividade é ilegal, o que é protegido, as queixas que as agências podem atender, o que devem cumprir de acordo com a lei, e que seria possível acontecer se uma pessoa for acusada de violar a lei. Em Massachusetts, a lei estadual anti-discriminação é comumente conhecida como capítulo 151B. A FHA e 151B nos informam quais as ações que um vendedor, proprietário, agente imobiliário, ou outra pessoa ligada à prestação de serviços de habitação não podem fazer com base na filiação de uma pessoa em uma categoria protegida.

Quais são algumas das atividades relacionadas com a habitação que você acha que são ilegais?

As seguintes ações são ilegais sob a lei federal e estadual:

- Recusar-se a alugar ou vender
- Recusar-se a negociar a habitação
- Tornar as habitações indisponíveis
- Negar acomodação
- Definir diferentes termos, condições ou privilégios para vender ou alugar
- Fornecer serviços diferentes de habitação ou instalações para as pessoas
- Falsamente negar que a habitação está disponível para inspeção, venda ou aluguel
- Colocar obstáculos: para obter lucro, persuadir (ou tentar persuadir) proprietários de imóveis para vender, sugerindo que as pessoas de uma determinada raça (ou de outra categoria protegida) se mudaram ou estão prestes a se mudar para o bairro)
- Negar acesso, adesão, ou participação em qualquer organização, instalações ou serviços relacionados à venda ou arrendamento de habitação ou estabelecendo diferentes termos e condições a esse acesso, adesão ou participação
- Fazer, imprimir ou publicar qualquer aviso, propaganda, ou declaração que indica uma preferência ou uma restrição baseada em uma categoria protegida

- Coagir, intimidar, ameaçar, ou interferir com qualquer exercício de um direito de habitação justo ou ajudar alguém que está no exercício desse direito

Todas essas ações são ilegais se forem feitas com base na categoria protegida de uma pessoa.

Muitas leis têm exceções e as leis da habitação justa não são diferentes. Algumas habitações não podem ser cobertas pelas leis da habitação justa, dependendo se ou não o proprietário vive lá, quantas unidades existem em um edifício, entre outros fatores. Uma organização da habitação justa pode ajudar a determinar se a habitação está coberta.

III. Hipóteses

Cenário 1

Consuelo e Mitchell estão procurando um apartamento mais perto de onde ambos trabalham. Consuelo telefona à um senhorio sobre um anúncio recente de um apartamento para alugar. Ao ouvir o sotaque de Consuelo, o senhorio diz a ela que o apartamento foi alugado. No dia seguinte, Mitchell liga para o senhorio, não sabendo que sua esposa tinha chamado no dia anterior. Não ouvindo um sotaque, o senhorio diz a Mitchell que ele pode vir no final da tarde para ver o apartamento, pois ele ainda está disponível.

Categoria (s) protegida (s)?

Conduta discriminatória?

Cenário 2

Catherine acaba de receber uma promoção. Ela está animada para alugar um apartamento maior para ela e seus três filhos. Ela liga para o proprietário sobre um apartamento para alugar em um novo complexo. O senhorio lhe pergunta: "Quem irá alugar?" Catherine responde que será ela e seus três filhos, com idades entre 2, 6 e 11 anos. O senhorio responde: "O apartamento dispõe de escadas íngremes que são muito perigosas para as crianças. Lamento, mas não posso alugar este apartamento para você. "

Categoria (s) protegida (s)?

Conduta discriminatória?

Cenário 3

Scenic Springs é um belo bairro. É uma comunidade de famílias brancas e muitas famílias têm vivido lá por gerações. Uma família de não-brancos, os Millers, procuram por uma casa que podem pagar em definitivo em Scenic Springs, que foi recentemente colocada no mercado. É a casa de seus sonhos com um grande quintal onde seus três filhos seriam capazes de jogar. O agente imobiliário mostrando a casa informa aos Millers que eles provavelmente se sentiriam mais confortáveis em um bairro diferente, do outro lado da cidade e lhes dá uma relação de casas para venda lá.

Categoria (s) protegida (s)?

Conduta discriminatória?

Cenário 4

Roberto e Maria estão muito animados sobre um novo apartamento que estão interessados em alugar. Seu filho, Jorge, tem autismo e tem necessidade de um lugar com mais espaço para a seus trabalhos escolares e sua fisioterapia. O senhorio, após a reunião com a família, diz que pode alugar o apartamento a eles, mas eles terão de apresentar uma apólice extra de seguro para cobrir eventuais danos que podem ser causados por seu filho. Eles também terão de dar um depósito de segurança maior do que outros inquilinos. Roberto e Maria não acham que isso seja certo, mas concordam com isso porque precisam do apartamento.

Categoria (s) protegida (s)?

Conduta discriminatória?

Cenário 5

NhuHan quer comprar um condomínio. Ela visita um fiador para descobrir o quanto ela pode pagar de hipoteca. O oficial de empréstimo pergunta a NhuHan se ela vai se casar em breve, para que o marido possa ajudá-la a fazer os pagamentos. NhuHan diz que vai comprar sozinha o apartamento. O credor sugere que uma vez que ela vai comprá-lo sem ser casada, ela não deve gastar mais de US \$ 130.000.

Categoria (s) protegida (s)?

Conduta discriminatória?

Cenário 6

Ann telefona a um gerente de um estabelecimento sobre um apartamento de dois quartos que ela viu anunciado na Craigslist. O gerente do estabelecimento perguntou a Ann se ela tinha algum animal de estimação que estaria vivendo lá. Ann respondeu que eles não têm animal algum de estimação e qe seria ela mesma, e seus filhos, com idades entre 2 e 4 anos. O agente imobiliário pediu desculpas e informou Ann que o apartamento ainda não foi limpo do chumbo, e, por causa da presença de tinta de chumbo, não seria seguro crianças com menos de 6 anos de idade viverem lá. O gerente do estabelecimento informou Ann que a empresa também tinha apartamentos de dois e três quartos disponíveis em outra propriedade sua a duas quadras de distância que era seguro para as crianças, sem a presença de chumbo.

Categoria (s) protegida (s)?

Conduta discriminatória?

Cenário 7

O inquilino é um homem de 26 anos que usa uma cadeira de rodas. Viveu em sua residência atual por 2 anos e está se mudando para um novo apartamento devido a um novo emprego em uma nova cidade. Ele é um inquilino em boa posição e ele é um inquilino por seu desejo (sem contrato de arrendamento).

Após dar ao seu proprietário os 30 dias necessários do aviso de que ele estava se mudando, foi dito ao inquilino que ele não iria receber o seu depósito de segurança. Quando ele questionou o proprietário do imóvel por que o depósito de segurança estava sendo retido, o proprietário do imóvel disse: "Você usa uma cadeira de rodas, então eu sei que as paredes e portas estão muito danificadas. Eu estou usando o depósito de segurança para consertar os estragos que sua cadeira de rodas causou ". O proprietário fez essas observações sem inspecionar a unidade. De fato, nos 2 anos que o cliente tinha vivido na unidade, a unidade nunca foi inspecionada.

O inquilino falou com uma família que tinha saído do mesmo complexo nos últimos seis anos e descobriu que a maioria de seu depósito de segurança foi devolvido a eles após a sua unidade ter sido inspecionada e eles haviam se mudado. Uma parte dele não foi devolvido devido a um espelho quebrado no banheiro. O inquilino não tinha certeza do que ele deveria fazer.

Categoria (s) protegida (s)?

Conduta discriminatória?

IV. Discriminação observada / Apresentação de uma reclamação

Faça a si mesmo três perguntas quando você está tentando decidir se você ou alguém que você conhece tenha sido vítima de discriminação sobre habitação: 1) você está protegido em qualquer uma das leis anti-discriminação; 2) o apartamento ou casa é coberto pelas leis da habitação justa; e 3) as ações por parte do senhorio, proprietário, gerente de propriedade ou outra pessoa são ilegais perante a lei.

Se a resposta a todas as três perguntas é sim, as leis da habitação justa se aplicam. Habitação justa é um direito seu, use-o! Se você não tiver certeza das respostas a quaisquer destas perguntas, entre em contato com uma organização da habitação justa para lhe ajudar.

Uma reclamação é um documento que é arquivado por uma agência do governo que declara que você considera ter sido vítima de uma discriminação. Ele deve descrever que você é um membro de uma categoria protegida, na qual a propriedade está, então pode ser determinado se a habitação é coberta pela lei da habitação justa e o que aconteceu fez você acreditar que você estava sendo discriminado. Você pode apresentar a queixa diretamente para uma agência do governo (HUD, MCAD, BFHC, etc.) ou você pode ir a um advogado ou organização da habitação justa para o ajudar. As organizações vão ajudá-lo a preencher a reclamação.

Uma cópia do formulário que uma pessoa iria preencher quando da apresentação de uma reclamação junto da Boston Fair Housing Commission (BFHC) está descrita nas próximas três páginas. Uma vez que este formulário seja preenchido e apresentado ao BFHC, uma investigação será iniciada.



City Of Boston
Martin J. Walsh, Mayor

**FORMULÁRIO DE ADMISSÃO DE DISCRIMINAÇÃO DE
HABITAÇÃO**

Este formulário vale somente para fins de admissão e não indica que o Office of Fair Housing e Equity ou suas comissões aceitaram este relatório como uma reclamação válida

Por favor, marque a caixa apropriada abaixo se você acredita o que ela representa em sua reclamação

- Idade Crianças Cor
 Deficiência Status familiar Identidade de Gênero e Expressão
 Estado civil Status Militar Origem Nacional
 Raça Religião Retaliação
 Sexo Orientação sexual Fonte de renda

INFORMAÇÕES DE CONTATO:

Primeiro e último nome: _____ _ Data

Endereço residencial: _____ _ Cidade Estado Zip _____:

Telefone: _____ Email

Informações adicionais de contato;

O que mais precisamos saber sobre você? (por exemplo, Tradução, Acomodações razoáveis)

Quem o indicou ? Como você ficou sabendo sobre o nosso escritório?

INFORMAÇÕES DA RECLAMAÇÃO:

1) Por que você acha que foi discriminado?

2) Quem você acredita o discriminou? (Nome, endereço e telefone)

3) O que aconteceu?

4) Quando aconteceu a discriminação? (Data)

5) Onde aconteceu a discriminação?

Rua _____ Boston, MA

A agência do governo onde a reclamação foi apresentada irá investigar a denúncia. Eles não trabalham para você. É o seu trabalho reunir todas as informações relevantes e decidir se há provas suficientes para que seja mais provável que a discriminação tenha ocorrido. Se eles decidirem isso, o caso vai para a frente.

Quanto custa para registrar uma reclamação?

Não custa dinheiro algum para registrar uma reclamação.

Preciso ser um cidadão dos Estados Unidos para apresentar uma reclamação?

Não. Os seus direitos da habitação justa não são afetados por seu status de imigração. Sua cidadania não deve ser questionada nem devem ser pedidas cópias de sua documentação.

Preciso de um advogado para apresentar uma reclamação?

Não. Um trabalhador interno na agência irá ajudá-lo a preencher o seu formulário.

Quanto tempo eu tenho que registrar uma reclamação?

Depende de onde você está entrando pois diferentes agências só pode aceitar reclamações dentro de um determinado período de tempo após a discriminação ter ocorrido.

Por exemplo, se a uma pessoa foi dito que não podia ver um apartamento que estava para alugar, porque eles têm um bebê, ele ou ela podem apresentar uma reclamação (com base no status familiar), dentro do seguinte número de dias a partir de quando foram informados daquilo:

Tribunal = 2 anos

HUD = 1 ano

Mass. Commission Against Discrimination= 300 dias

Boston Fair Housing Commission = 6 meses

Lugares como Suffolk University Law School e o Fair Housing Center os Greater Boston não estão relacionados aqui porque são agências que ajudam as pessoas a apresentar reclamações, eles não fazem determinações como as agências governamentais relacionadas acima.

O que eu recebo se eu ganhar o caso?

Isto irá variar dependendo de uma série de fatores. As pessoas podem ser designadas como tendo direito a

danos reais e danos punitivos. A quantidade de dinheiro irá variar dependendo das circunstâncias de cada caso. Um tribunal ou agência também pode ordenar ao infrator que pague os honorários do seu advogado e também pode emitir uma ordem que proíbe o agressor de discriminar outras pessoas no futuro.

V. Formulário de Solicitação de intérprete (Interpreter Request Form)

Olá, eu gostaria de falar com alguém sobre uma reclamação potencial sobre habitação.
(Hello, I would like to speak with someone about a potential housing complaint.)

Eu me comunico em (língua escrita):
(I communicate in (write language))

Meu nome é: _____
(My name is)

O meu número de telefone é: _____
(My telephone number is)

Meu email é: _____
(My email is)

Meu endereço é: _____
(My address is)

A melhor maneira de entrar em contato comigo é (círculo): telefone / email / mail /
contato alternativo
(The best way to contact me is (circle): phone email mail alternate contact)

Contato alternativo: _____
(Alternate contact)

Número de telefone do contato alternativo: _____
(Alternate contact phone number)

Pedido de alojamento razoável: _____
(Reasonable accommodation request)

O melhor horários ou horários para me achar é / são:
(The best time or times to reach me is/are)

Segunda-feira <input type="checkbox"/> AM <input type="checkbox"/> PM (Monday)	Terça-feira <input type="checkbox"/> AM <input type="checkbox"/> PM (Tuesday)	Quarta-feira <input type="checkbox"/> AM <input type="checkbox"/> PM (Wednesday)
Quinta-feira <input type="checkbox"/> AM <input type="checkbox"/> PM (Thursday)	Sexta-feira <input type="checkbox"/> AM <input type="checkbox"/> PM (Friday)	Outras informações: (Other)

Onde registrar uma reclamação sobre habitação justa, obter ajuda na apresentação de uma reclamação, ou fazer perguntas sobre habitação justa:

**Suffolk University Law School (clinical)
Housing Discrimination Testing Program**

120 Tremont Street

Boston, MA 02108

Telefone: 617- 884-7568

Usuários de TTY, ligue para o Serviço MA de Retransmissão: 1-800-439-2370

<http://www.suffolk.edu/law/academics/26012.php>

Boston Fair Housing Commission

1 City Hall Plaza, Room 966

Boston, MA 0220

Telefone: 617-635-4408

Usuários de TTY, ligue para o Serviço MA de Retransmissão: 1-800-439-2370

www.cityofboston.gov/civilrights

Cambridge Human Rights Commission

51 Inman Street, 2nd Floor

Cambridge, MA 02139

Telefone: 617-349-4396

TTY: 617-492-0235

www.cambridgema.gov/HRC

Fair Housing Center of Greater Boston

262 Washington Street

Boston, MA 02108

Telefone: 617-399-0491

Usuários de TTY, ligue para o Serviço MA de Retransmissão: 1-800-439-2370

www.bostonfairhousing.org

HUD FHEO Region I

Thomas P. O'Neill, Jr. Federal Building

10 Causeway Street,

Boston, Massachusetts 02222-1092

Telefone: 617-994-8300

Grátis: 1-800-827-5005
TTY: 617-565-5453

Mass. Commission against Discrimination

One Ashburton Place
Boston, MA 02108
Telefone: 617-994-6000
TTY: 617-994-6196
<http://www.mass.gov/mcad/>

Mass Housing Fair Center.

57 Suffolk Street
Holyoke, MA 01040
Telefone: 413- 539-9796
Email: info@massfairhousing.org
<http://www.massfairhousing.org/contact-us>

South Coast Fair Housing, Inc.

257 Union Street
New Bedford, MA 02740
Telefone: 774-473-8333
<http://www.southcoastfairhousing.org/>

Se você acha que você pode ter sofrido uma discriminação, faça algo sobre isso! Você pode fazer a diferença. Você pode ajudar a acabar com a discriminação da habitação em nossa comunidade.